

GÊNESIS DA REPÚBLICA: CONTEXTO POLÍTICO E DESDOBRAMENTOS HISTÓRICOS

Robson Romão de Sousa¹

RESUMO: O presente artigo tem como objetivos refletir acerca dos acontecimentos do final do século XIX, mais especificamente os aspectos ideológicos do processo histórico relacionado ao período de transição do sistema monárquico para a Proclamação da República. A metodologia utilizada no desenvolvimento do presente texto ancora-se na pesquisa de cunho teórico-descritivo-bibliográfico. O objetivo central é compreender quais as ideologias em disputa e suas influências no processo de transição da monarquia para a república?

PALAVRAS-CHAVE: Gênesis. República. Ideologia.

INTRODUÇÃO

O presente artigo contribui para a compreensão de aspectos que envolvem o período de transição do regime monárquico para o republicano, bem como as ideologias que estiveram presentes neste contexto. Para tanto se faz necessário primeiro compreender a gênese de formação do Estado nacional brasileiro a partir da autonomia política conquistada no dia sete de setembro de 1822, historicamente conhecido como a independência do Brasil.

O movimento de independência foi permeado de contradições, pois não houve alterações significativas para a grande maioria da população na transição do modelo monárquico de governo para o republicano, em outros termos, não ocorreu ruptura de fato. Foi um movimento encabeçado por grupos que visava manter as relações desiguais, organizando o Estado sem colocar em risco seu domínio econômico, político, sociocultural e ideológico. Daí a opção pela corrente liberal por essa favorecer ao mascaramento das contradições no interior das relações sociais.

Deste modo, veremos as transformações econômicas no Segundo Reinado e as crises políticas deste período como uma das mais conturbadas da historiografia Brasileira. Por meio deste movimento é possível perceber o sentido das elaborações ideológicas que estavam presentes no bojo deste processo, mas como falseamento

¹Concluinte do curso de licenciatura em História no ISE (Instituto Superior de Ensino) da Faculdade Alfredo Nasser – Aparecida de Goiânia-Goiás. Sob a orientação do Professor MSc. Claitonei de Siqueira Santos.

da realidade. Esses aspectos são indispensáveis para compreender o processo de maturação da República.

No entanto, necessário se faz compreender que a queda da monarquia brasileira não se deu através de um fato histórico isolado. Um conjunto de elementos foram os condicionantes históricos que propiciaram tal acontecimento. Por conta desses aspectos nebulosos, objetiva compreender quais as ideologias em disputa e suas influências no processo de transição da monarquia para a república?

Visando elucidar a questão central acima destacada, o presente texto encontra-se dividido em três partes e utilizou como metodologia a pesquisa de cunho teórico-descritivo-bibliográfico, uma vez que auxilia na busca de compreensão, dos autores analisados, das principais categorias utilizadas para reflexão no presente texto, a saber, a ideologia e a contradição. Deste modo, a partir de autores como Fausto (2015), Chauí (2010), Costa (2010) e Chauí (2004) foi possível recompor o quadro analítico e refletir sobre os interesses ideológicos na transição da monarquia para a república.

Na primeira parte busca-se desnudar aspectos acerca da formação do Estado brasileiro e a importância da chegada da Corte Portuguesa em 1808 para a posterior consolidação desses, aliado as mudanças na Europa e Norte da América do Norte que aguçou o interesse dos grupos sociais pela emancipação política. A segunda almeja compreender a idealização do movimento de independência, mas sem participação da massa, cujo objetivo era não colocar em risco a estrutura de domínio econômico, político, sociocultural e ideológico. A última parte destacada as correntes teóricas, bem como as contradições na transição para a República.

1. ASPECTOS EXTERNOS E INTERNOS À GÊNESE DO ESTADO BRASILEIRO: A INDEPENDÊNCIA NO CONTEXTO

Na historiografia brasileira a transferência da casa dos Bragança, trazendo consigo a corte portuguesa foi o marco inicial no processo da independência política do Brasil (BASILE, 2000). De forma paulatina ele preencheu inicialmente os 30 primeiros anos do século XIX, culminando assim na formação do Estado nacional Brasileiro. O movimento de independência; não foi um processo genérico, pelo contrário foi bastante abrangente com elementos de rupturas e de continuidades. E

nesse processo os acontecimentos no velho continente tiveram desdobramentos na colônia.

As relações entre metrópole e colônia estabelecidas desde a chegada dos portugueses no território que viria a ser o Brasil, se deu em torno dos interesses da burguesia mercantil. A fragilidade do capitalismo, ainda embrionário, somada com a debilidade das instituições estatais que até então não estava acompanhando o dinamismo das novas formas de produção e consumo, foram decisivas para criação de uma aliança entre a coroa e mercadores, ocasionando em uma troca de serviços e garantias que se define por um sistema de monopólios e privilégios concedidos pela coroa aos mercadores.

Grosso modo, a estrutura colonial organizada inicialmente por meio de uma política comercial em que a exploração de todo e qualquer produto que gerasse lucros para a metrópole era o grande objetivo². Devido essa política as colônias eram restringidas de realizar outras atividades, tendo ainda o dever de suprir as suas necessidades através da metrópole. A economia colonial ficava submissa ao mercado externo e seu comércio estava sujeito aos mandos e desmandos da metrópole, pois um aglomerado de regulamentações e disposições restritivas prendia a colônia num emaranhado de prerrogativas que resultavam na total sujeição da colônia em relação à metrópole.

Com as novas aspirações da burguesia, que a muito ansiava ter o controle econômico e político através das formas representativas de governo, o sistema colonial demonstrava sinais de cansaço. Essas transformações colocaram em dúvida a capacidade do Estado absolutista em atender os interesses da burguesia. Some-se a isso a expansão do capital industrial que se tornava dominante. O atual sistema de monopólios e privilégios que regulava as relações entre metrópole e colônia começava a ser questionado. O extraordinário aumento da produção proporcionado pela mecanização era pouco compatível com a persistência de mercados fechados e de áreas enclausuradas pelos monopólios e privilégios (COSTA, 2010).

O velho continente passava por transformações significativas nos campos econômicos, político e sociocultural. Estas mudanças teriam desdobramentos na

² Foi nessa lógica de exploração que, sobretudo, no período colonial, se extraiu o pau Brasil, a lavoura de cana para produção do açúcar, a exploração da força de trabalho escrava e posteriormente a mineração com a descoberta do ouro em 1690.

América e colocaria em xeque o modelo colonial, pois com a expansão capitalista, haveria a necessidade de abertura de novos mercados. Conseqüentemente a constituição de Estados autônomos que facilitasse a abertura de suas fronteiras às mercadorias, principalmente da Inglaterra, que dominava a economia nesse período, eram interessantes.

Com as transformações no campo econômico, os grupos burgueses ligados ao capitalismo industrial, conduziam a política aos moldes que atendessem seus ideais. No entanto, a nova onda contribuiu para as revoltas no norte do continente americano, resultando na emancipação política dos Estados Unidos. Aspecto que contribuiu estrondosamente para um novo rumo na política colonial no restante da América, caso do Brasil, por exemplo. Associem-se a isso as transformações econômicas em curso; assim, as colônias ibero-americanas respectivamente teriam uma excelente possibilidade de lutar por sua independência política, pois, contariam com o interesse inglês na abertura de novos comércios.

Ao final do século XVIII a amplitude das mudanças na Europa e na América do Norte impactou o restante do continente. A monarquia absolutista em crise, os ideais liberais que aguçou o interesse de grupos sociais pela emancipação política, geraram impactos no sistema colonial tradicional, aspecto que levou à instabilidade tal sistema. Sua derrocada total levaria um pouco mais de tempo, no entanto, seu fim era eminente.

No início do século XIX, os monopólios estavam ruindo rapidamente. De um lado com a impossibilidade de frear a concorrência estrangeira, de outro o movimento de independência dos Estados Unidos despertaria o interesse das demais colônias na América para a busca pela emancipação. A ex-colônia inglesa logo passou ser o ponto de referência dos revolucionários latino-americanos, fascinados pelos acontecimentos dos Estados Unidos o Brasil sonhava com sua própria independência aos moldes republicanos. Os monopólios tornaram-se impotentes.

O cenário dinamizou uma vez que o ideal liberal ganhava cada vez mais adeptos, some-se a isso o aumento considerável da população colonial, interessada nos lucros que o comércio de produtos, principalmente com a Inglaterra, geraria. Todo esse cenário produzia assim um ambiente hostil à metrópole suscetível as ideias separatistas. A independência, nesse contexto, surgia como alternativa viável aos interesses de determinados grupos.

O rompimento dos Estados Unidos, até então colônia inglesa, estava fervilhando nas mentalidades e sempre era trazida à tona como modelo a ser seguido. Desejosos de estabelecer uma República com certo grau de autonomia espelhada no crescimento rápido da ex-colônia inglesa, os revolucionários miravam seus interesses para o modelo estabelecido na América do Norte. Os monopólios passaram a ser visto como uma restrição torturante. Deste modo, o pacto colonial, de um “ajuste entre irmãos”, tornava-se um contrato unilateral, algo que deveria ser extirpado aos olhos de grupos específicos na colônia.

O momento era de efervescência, cada vez mais adeptos insurgiam contra a Coroa. Levantes devido a conflitos de interesses começaram a se intensificar, revelando gradativamente, que para algumas esferas da sociedade, a divergência era latente e as ideias oriundas do continente europeu acirravam ainda mais os ânimos.

As críticas feitas na Europa pelo pensamento ilustrado ao absolutismo assumiram no Brasil o sentido de críticas ao sistema colonial. No Brasil, Ilustração foi, antes de mais nada, anticolonialismo. Criticar a realeza, o poder absoluto dos reis, significava lutar pela emancipação dos laços coloniais. Nas duas últimas décadas do século XVIII, as tensões entre colonos e metrópole se concretizaram em alguns movimentos conspiratórios os quais evidenciam a influência das revoluções Francesa e Americana e das ideias ilustradas (COSTA, 2010. p. 28).

Os princípios liberais agradavam a maior parte da elite na colônia. Porém, seus ideais foram metamorfoseados por homens experientes na política e na administração que sabiam exatamente o que queriam e como alcançar seus objetivos.

Porém, o restante da população parecia permanecer alheio aos acontecimentos. Conforme ressaltado, o sistema colonial estava em xeque e condenado ao fracasso desde fins do século XVIII. Um episódio fortuito, porém, veio acelerar o fim do processo, que mesmo ante as dificuldades, teria sobrevivido mais tempo. A invasão francesa na Península Ibérica fez com que a Corte portuguesa se transferisse para o Brasil, acarretando mudanças profundas nas relações metrópole e colônia.

Após a chegada da família real ao Brasil, a primeira medida adotada por D. João VI foi à abertura dos portos brasileiros, “em caráter provisório³”, ao comércio direto estrangeiro. Medida que favoreceu em primeiro momento apenas a Inglaterra.

³Em tese tal medida funcionaria somente enquanto a Europa estivesse em guerra.

Por esta medida o governo Inglês recebia as benesses de ter escoltado a comitiva real em sua fuga para o Brasil e o amparo militar a Portugal na luta para expulsar os franceses de seu território. No entanto, não eram bastante para corresponder às aspirações Britânicas (BASILE, 2000).

Os ingleses determinaram também que suas embarcações tivessem livre acesso nos portos que tinham domínio português, outra exigência britânica foi à proibição do tráfico negreiro com qualquer parte da África que não fosse possessão portuguesa e não apenas isso mais o compromisso de abolir a escravidão completamente de forma paulatina, e todo seu comercio internacional de escravos.

O processo de emancipação do Brasil inspirados pela independência dos Estados Unidos e pela revolução francesa, adaptando alguns elementos desses movimentos de forma peculiar, para que esse se moldasse ao que era praticado na até então colônia. Todos estes elementos favoreceram o rompimento com a monarquia portuguesa.

O ano de 1820 foi decisivo para emancipação da então colônia, o mesmo trouxe consigo transformação no cenário político.

Em janeiro, eclodia na Espanha a Revolução Liberal. Alertado por seus conselheiros, D. João VI apressou-se em decretar várias medidas reforçando as anteriores e procurando beneficiar o comércio português, na tentativa de evitar que a revolução se propagasse em Portugal. As medidas não foram suficientes para deter o processo revolucionário (COSTA, 2010, p. 44).

As medidas adotadas por D. João VI que visava amenizar os ânimos dos comerciantes e produtores portugueses desagradou os brasileiros assim como os comerciantes estrangeiros, em particular os ingleses, que usufruía dos privilégios ocasionados pelo tratado de 1810 que paulatinamente esvaia-se. Essas medidas, no entanto, não foram suficientemente satisfatórias a ponto de conter a revolução liberal que alcançou a cidade do Porto em 24 de agosto. Uma das exigências em Portugal era o retorno de D. João VI a Portugal e a promulgação de uma Constituição aos moldes da elaborada na Espanha.

O evento reverberou no Brasil, onde as adesões à revolução constitucionalista do Porto encontraram terreno fértil. Portugueses e brasileiros de várias esferas da sociedade aderiram ao movimento revolucionário por mais variados e contraditórios motivos. A polarização entre os grupos metropolitanos e coloniais não tardou a se evidenciar. Idealizada nos moldes liberais, na contramão

do absolutismo real, em Portugal a revolução esboçou tons antiliberais, na medida em que um de seus principais objetivos era destruir as concessões liberais adotadas ao Brasil.

D. João VI teve que voltar a Portugal, partindo em 25 de abril, mas deixou como regente, seu filho Pedro. Com o regresso do monarca a possibilidade de recolonização não só parecia real como também eminente. As sucessões de medidas tomadas pelas Cortes, no decorrer de julho de 1821, indicavam as transformações no modelo de política, administrativa e econômica em relação ao Brasil, expondo assim as verdadeiras intenções das Cortes.

Os propósitos recolonizadores das Cortes tinham agravado a tensão entre colônia e metrópole, pondo em risco a solução de compromisso almejada pela maioria dos que compunham a classe dominante do Brasil. Estes encaravam inicialmente com simpatia a instituição de uma monarquia dual, desde que fosse resguardada a autonomia do Brasil (COSTA, 2010, p. 48).

Essa era a visão dos principais líderes do movimento de independência que receavam a participação das massas nos movimentos revolucionários, esse grupo tinha aversão às formas populares de governo, temiam um levante de escravos que resultaria de uma possível revolução, deste modo condescendiam com a monarquia portuguesa. No entanto, facilmente “romperam” com a mesma quando notaram os malefícios dessa relação. O príncipe regente foi o mecanismo encontrado para conquistar a autonomia desejada, sem que fosse preciso acionar a população.

Os membros do “partido brasileiro” se empenharam no propósito de assegurar à retenção do príncipe regente no Brasil. A decisão de permanência de dom Pedro se materializou no conhecido ato denominado “fico”. Este foi o prelúdio da efetivação de uma inevitável ruptura. As bases do Estado nação brasileiro estavam sendo arquitetadas.

Foi convocada uma Constituinte, que precipitou o rompimento, ainda que se cogitasse a ideia de uma monarquia dual, ou seja, “união entre Brasil e Portugal”. Os acontecimentos se intensificaram com o decreto de agosto de 1822, onde o príncipe regente declarou que as tropas vindas da metrópole fossem consideradas inimigas, alianças foram buscadas com manifestos destinados as nações amigas.

No dia 7 de setembro de 1822, formalizaram-se a independência do Brasil as margens do Ipiranga. O país se tornava independente, porém com a manutenção do modelo monárquico de governo. Mais do que isso, a nova nação independente teria no comando do Estado um rei de origem e herdeiro do trono português. A ideia de

ruptura parece não ter sido totalmente efetivada. Várias das contradições de outrora foram mantidas e até mesmo intensificadas pela estrutura monárquica (FAUSTO, 2015).

2. BRASIL INDEPENDENTE: OS DESCAMINHOS DO ESTADO MONÁRQUICO DE GOVERNO

O movimento de independência no Brasil foi conduzido pelas classes dominantes, ligadas a terra, aos negócios e altos cargos, o que possibilitou a manutenção da estrutura colonial de produção, baseada no trabalho escravo e a exportação de produtos primários para o mercado europeu. Esses grupos tinham como principal objetivo a manutenção das relações desiguais. Para tanto era preciso organizar o Estado sem colocar em risco seu domínio econômico, político e sociocultural. Colocou em prática uma ideologia que escamoteava as contradições, dando assim suporte e manutenção no poder de grupos restritos.

Um dos aspectos de materialização desse objetivo pode ser atribuído a manutenção da utilização da força de trabalho escravo mesmo após a emancipação política. Pensando nesse processo de gênese do Estado brasileiro Costa (2010) argumenta que os grupos que lideraram esse processo,

Não se tratava de homens inexperientes que enfrentavam pela primeira vez problemas relacionados com política e administração. Eram, na sua maioria, homens de mais de cinquenta anos, com carreiras notáveis de servidores públicos, que haviam desempenhado vários cargos a serviço da Coroa portuguesa durante o período colonial e, por isso, estavam bem preparados para levar a cabo a sua missão (COSTA, 2010, p. 133).

Nessas circunstâncias e ainda com base nas reflexões da autora, a monarquia constitucional foi o modelo que vigorou, porém, não sem disputas internas. A priori os constituintes intencionaram outorgar ao Imperador o direito de veto apenas de cunho suspensivo a respeito das decisões do parlamento. Ao notar que seu poder estava sendo reduzido significativamente o imperador, por sua vez, em carta por ele, mais tarde outorgada, decretava a dissolução da Constituinte. Procurava assim, manter um maior poder em suas mãos.

Os grupos oligarcas por seu lado buscavam controlar o governo por meio dos órgãos representativos e do Conselho de Estado. Este era composto de conselheiros vitalícios nomeados pelo imperador, porém atuando com cunho consultivo. Na Carta Constitucional de 1824, no que diz respeito à Declaração dos

Direitos do homem, resguardava as garantias individuais, afirmava ainda que a lei é a expressão do povo. No entanto, nas Câmaras, as formulas teóricas do sistema representativo sobre a federação ou os limites do poder real eram debatidos, assim como as posições acerca da participação do povo no governo (COSTA, 2010).

Teoricamente aboliam-se os privilégios e igualava-se a todos perante a lei, mas ao resguardar-se a propriedade como um dos direitos inalienáveis e imprescritíveis do homem, mantinha-se a contradição que se tornaria geradora de numerosos conflitos: faziam-se revoluções em nome da liberdade, mas em nome do direito de propriedade a nação mantinha escravizado mais de um milhão de homens (COSTA, 2010, p. 276).

Sob essas condições a emancipação política foi esquematizada de forma a assegurar com a ordem estabelecida, objetivava apenas a queda do sistema colonial no que dizia respeito à restrição à liberdade de comércio e a autonomia administrativa, não ultrapassando certos limites, no que diz respeito à emancipação das camadas populares. Consequentemente preserva a ordem econômica e a escravidão continuava intacta. A nação formalmente independente continuaria numa relação de exploração semelhante à anterior. Obviamente não houve mudanças significativas nos campos social, econômico e político necessário ao desenvolvimento autônomo e consistente.

A independência teria que ser consolidada no cenário interno e externo. Internamente ocorreram alguns conflitos que resultaram na derrota dos portugueses na Bahia. Externamente dois fatos foram fundamentais, em maio de 1824 os Estados Unidos reconheceram a independência brasileira. Em agosto de 1825, foi a vez da Inglaterra. Porém, via tratado que estabelecia uma compensação financeira de 2 milhões de libras à Portugal devido a perda da colônia.

A necessidade de indenizar a coroa portuguesa deu origem ao primeiro empréstimo externo, contraído pelo Brasil em Londres. A segunda cláusula citada, aparentemente estranha, explica-se pelo fato de interesses brasileiros ligados ao comércio de escravos estarem fortemente implantados em algumas regiões da costa da África. Quando chegaram a Angola as notícias de separação, surgiram panfletos impressos no Brasil convidando Benguela a aderir à “causa brasileira” a prevenção portuguesa não era, pois, sem fundamento (FAUSTO, 2015, p. 78).

Dessa forma o Brasil sai do domínio político e econômico dos portugueses, mas se submetendo economicamente a tutela dos Britânicos. Internamente, a elite foi construindo uma imagem, por meio da ideologia liberal, de que a maioria da população atingiria uma homogeneidade. Na realidade estavam temerosos que

ocorressem no país resultados semelhantes aos da Revolução Francesa e da Revolta de escravos do Haiti. Tinham como objetivo limitar o poder do imperador e manter a massa sob controle. Apoiaram-se nos preceitos do liberalismo europeu para levar em frente seu projeto de nação⁴.

A figura de D. Pedro, em tais circunstâncias, não atendia mais aos anseios da elite, a mesma foi trabalhando ideologicamente os desfechos dos acontecimentos de modo a fragilizar a imagem do Imperador, começando pelo episódio dado por ocasião da dissolução da Assembleia Constituinte em 1823 e a promulgação da Carta Constitucional de 1824. A Constituição que resultou no texto promulgado a 25 de março de 1824, não distinguia muito da proposta dos constituintes anterior à dissolução da Assembleia. No entanto vale ressaltar que a Constituição nascia verticalmente de cima para baixo, do rei ao “povo”. Fora esses elementos ocorreram também diversos levantes que foram desgastando a imagem do imperador⁵.

Sem um desfecho nos conflitos entre as elites e o imperador, este viu seu poder político decair em detrimento de alianças realizadas entre as elites nas mais variadas regiões do recente território politicamente emancipado. A ideia de manter um monarca ligado a laços sanguíneos ao país luso gerava incômodo e forte receio a sequência de “erros” recorrentes de D. Pedro foi ideologicamente utilizado pela elite, aspecto que colaborou para sua derrocada em 1831. Pressionado e não vendo alternativas, o monarca se viu obrigado a abdicar. Dava-se ao chamado período regencial.

De certo modo a abdicação do Imperador, seguida do golpe de maioria que resultou na ascensão do príncipe, com apenas 14 anos, ao comando político do Brasil, foi concebida como uma medida indispensável para o fortalecimento da monarquia e a contenção dos vários levantes sociais.

O período regencial no Brasil seguiria ainda marcado de contradições e permeado de ideias antidemocráticas e conservadoras. O governo buscava se consolidar em meios a efervescentes conflitos de cunho separatistas. Existia também uma forte oposição na região Sudeste do país à centralização que o regime

⁴Projeto este pensado meticulosamente dentro de uma lógica de progresso dentro da ordem. Ou seja, de forma ordeira, sem grandes transformações nas estruturas tradicionais de produção, sociais e econômicas implicando assim em uma continuidade do sistema de clientela e patronagem (CHAUL, 2015).

⁵Confederação do Equador (1824), Balaiada (1838-1841), Insurreição praieira (1848-1850) e Revolução Farroupilha (1835-1845).

de governo proporcionava aspecto que dificultava o desenvolvimento econômico, mas que era utilizado em nome da unidade territorial.

Um ponto importante a ser ressaltado para a compreensão das dificuldades desse período é o de que as elites não tinham chegado a um consenso sobre qual seria o arranjo institucional mais conveniente. Não havia também clareza sobre o papel do Estado como organizador dos interesses gerais dominantes, tendo para isso de sacrificar, em certas circunstâncias, interesses específicos de um determinado setor social (FAUSTO, 2015, p. 86).

Houve grandes dificuldades em aparelhar a estrutura do Estado para evitar os conflitos e manter a ordem. Era imprescindível que o Estado necessitava de ser representado por um único símbolo político. O Parlamento visando restabelecer a paz adotou reformas de cunho centralizador, mesmo que refutando as aspirações das elites. Todavia, a ascensão de Pedro II ao trono em 1840 não pacificou o país conforme o esperado.

Em contra partida o parlamento se dividia em dois grandes grupos políticos distintos: o grupo dos liberais, também conhecidos como luzias e a oposição, denominada de conservadores, mas também conhecida como saquaremas. O primeiro grupo pregava a monarquia federativa, opondo-se assim ao poder moderador e ao senado vitalício; já o segundo grupo defendia a centralização do poder e opunham-se as ideias do primeiro.

A emancipação de D. Pedro II e sua acessão ao trono de forma precoce, no chamado “golpe da maioria”, não pode ser vista de forma aleatória. Na realidade ela configurou uma estratégia política de um grupo contra as elites que almejavam estabelecer uma forma federativa de governo no Brasil. Essa medida, obviamente, retiraria da casa dos Bragança o controle do país, aspecto que seria determinante para os rumos a serem tomados pela economia brasileira, mais especificamente a da região sudeste do país.

Portanto, nessas condições e seguindo os preceitos liberais, no âmbito do discurso, a República foi colocada como a oportunidade para se fazer a integração política, econômica e sociocultural, fundamental para o desenvolvimento do país. Era a oportunidade de constituir o Estado como o único símbolo de condução dos destinos da nação. A ideia republicana ganhava força e é justamente nesse emaranhado de ações que se percebe um conjunto de manobras ideológicas nesse período de transição da Monarquia para a República.

3. O FIM DO IMPÉRIO E AS CONTRADIÇÕES NA TRANSIÇÃO PARA A REPÚBLICA

É no âmago as disputas ideológicas que se consegue compreender os reais interesses das elites locais, principalmente as do Sudeste que já não mais se encontravam satisfeitas com a centralização política e econômica realizada pelo modelo imperial de governo. A necessidade de maior autonomia por parte das províncias fazia com que os grupos se convergissem para a ideia de uma República federativa. Nesse emaranhado de situações a questão econômica era o grande impulsionador das elites no Sudeste, a República seria a possibilidade para esses grupos auferirem mais controle sobre os seus excedentes comerciais.

É preciso ainda ressaltar o quão ideologicamente foi interessante para as elites o movimento de independência política, sem, no entanto, impulsionar a participação das massas. Em um período no qual o sistema de clientela e patronagem estavam em evidência, manter essa característica era um dos objetivos da elite brasileira. Para tanto, utilizaram dos preceitos liberais para estabelecer a modernização do país, mas sem alterar a ordem até então vigente. Estava em jogo a premissa de progresso dentro da ordem (CHAUL, 2010).

O discurso da necessidade de desenvolvimento do país foi um elemento que mais tarde contribuiria para tornar a ideia republicana, pelo viés de progresso dentro da ordem, não só viável como também a única saída à instabilidade gerada. A abolição agitou as classes rurais que tradicionalmente davam suporte ao trono, aspecto que precipitou sua queda. A abolição da escravidão atingiu vários grupos sociais, gerou repercussões também no nível institucional, abalou as estruturas tradicionais à medida que alterou a base da força de trabalho empregada no campo (COSTA, 2010).

Essas alterações fizeram com que na segunda metade do século XIX o país passasse por diversas mudanças, que permitiria um dinamismo maior nas estruturas vigentes com a expansão das redes ferroviárias, foi possível uma eficácia maior no sistema de produção e distribuição, houve também a implantação de barcos a vapor. Outro fator que merece destaque foi à sofisticação na produção do café. Ela possibilitou um aumento significativo na produção e, com a expansão cafeeira, surgiu a aristocracia dos barões do café, que semelhante aos senhores de engenho,

faziam parte de um grupo forte no Brasil, controlando a vida econômica, política, sociocultural e ideológica.

A ideologia segundo Chauí (2008) consiste em um falseamento da realidade, difundido através de falsas afirmações, essas inverdades são apresentadas pelos grupos dominantes e assimiladas pelos grupos dominados, com o objetivo de paralisar, e impor os seus pensamentos sem que os mesmos percebam as contradições dessas ideias que estão sendo disseminadas. Para que a ideologia seja assimilada e legitimada, é vital que seja elaborada rodeada de ideias sem muitas respostas “silêncio” desta forma, sem nunca poder ser preenchidos sob pena de destruir a coerência ideológica.

Nessas condições Chauí (2004) argumenta que,

A ideologia possui uma coerência racional pela qual precisa pagar um preço. Esse preço é a existência de “brancos”, de “lacunas” ou de “silêncios” que nunca poderão ser preenchidos sob pena de destruir a coerência ideológica. O discurso ideológico é coerente e racional porque entre suas “partes” ou entre suas “frases” há “brancos” ou “vazios” responsáveis pela coerência. Assim, ela é coerente não apesar das lacunas, mas por causa ou graças às lacunas (CHAUÍ, 2008, p. 44).

Com base na teorização de Chauí a ideologia, é um aglomerado de ideias firmadas pelas noções do seu próprio período histórico.

A ideologia é então um conjunto lógico, sistemático e corrente de ideias [...] valores, normas e regras que indicam e prescrevem aos membros de uma sociedade o que pensar, o que dever fazer e como dever fazer o que sentir e como sentir. [...]. Ela é um conjunto explicativo e prático de caráter normativo, prescrito, regulador e controlador, cuja função é dar aos membros de uma sociedade dividida em classes uma explicação racional e convincente para as desigualdades sociais, políticas e culturais, jamais atribuindo a origem destas desigualdades a divisão de classes, a exploração e a dominação. (CHAUÍ, 2008, p. 43).

Por meio dos pressupostos teóricos é possível refletir que a queda da monarquia brasileira não se deu através de um fato histórico isolado. Um conjunto de elementos foram os condicionantes históricos que propiciaram tal acontecimento. Dentre eles é mister destacar a influência da igreja católica, a questão militar, as correntes teóricas. A proclamação da República não ocorreu por um fortalecimento do partido republicano ou pela participação das massas, mas sim pelas disputas ideológicas de grupos distintos. Nessas condições, a monarquia recebia críticas até mesmo dos defensores do regime (COSTA, 2010).

O momento era de efervescência, a série de acontecimentos gerava expectativas de determinados grupos no decorrer do século XIX: uns desejosos de um modelo que favorecesse as políticas mais protecionistas por parte do império, ou seja, o grupo defensor da modernização por meio da indústria. Do outro lado a elite agrária também almejava protecionismo por meio do Estado para atender seus interesses. Embora houvesse a polarização entre esses grupos, ambos acordavam em uma coisa, o ideário republicano. Desde que os mesmos antecedessem seus interesses.

A contradição se expressa a partir da visão conservadora da elite brasileira que buscava a organização de um Estado forte, mas que atendesse os seus interesses. Desse modo, foi fortemente influenciada pelas correntes positivistas de cunho liberal. Esta foi a alternativa encontrada para, no âmbito do discurso ideológico de modernidade e progresso, fazerem as alterações necessárias na forma de pensamento da maioria da sociedade, conduzindo a mesmo de forma pacífica e ordeira. O mascaramento da realidade era realizado por meio de um discurso de modernização e desenvolvimento que seria benéfico para todo o país.

É por conta desses elementos contraditórios que Costa (2010) destaca que,

O liberalismo brasileiro, no entanto, só pode ser entendido com referência à realidade brasileira. Os liberais brasileiros importaram princípios e fórmulas políticas, mas as ajustaram às suas próprias necessidades. Considerando que as mesmas palavras podem ter significados diferentes em contextos distintos, devemos ir além de uma análise formal do discurso liberal e relacionar a retórica com a prática liberal, de modo que possamos definir a especificidade do liberalismo brasileiro (COSTA, 2010, p. 134).

Nesse contexto extremamente complexo e de enormes divergências Chaul (2010) argumenta que três correntes teóricas disputavam a supremacia no processo de ascensão da República: o catolicismo, o positivismo e o liberalismo. Ambas foram capazes de elencar argumentos suficientes, embora divergentes entre si, capazes de fortalecer o ideário republicano. Os grupos que buscavam consolidar seus interesses orbitavam em torno de que a monarquia já não era capaz de sanar os problemas políticos, morais e econômico de modo a apontar o governo republicano como o único capaz de suprir os anseios políticos e econômicos no período.

O catolicismo apresentava ideias pretensivas em relação à concepção de Estado a ser formada. Objetivava atingir as massas, para garantir a disciplina social dentro de certos limites. Esperava das massas a adesão voluntária aos seus dogmas, para que se pudessem executar tarefas administrativas dentro do Estado.

Almejava ainda uma sociedade hierarquizada dentro de uma lógica de estrutura verticalizada (CHAUL, 2010). Por outro lado, os conflitos entre igreja e Estado só favorecia o programa do partido republicano que difundiam a necessidade da separação dos assuntos entre igreja e Estado.

No âmbito da perspectiva positivista, e ainda seguindo a linha de raciocínio de Chaul (2010), esta concepção teórica apresentava a ideia de que o Estado deveria estar acima da sociedade e que o liberalismo era o grande causador dos problemas sociais. Os seguidores dessas ideias, por sua vez, eram contrários às concepções da igreja, pois ao pregar o cientificismo, via na República o modelo ideal e necessário para se impedir a desordem, entendida como revolução. Estava nitidamente expressa nesta perspectiva a ideia de controle sobre as massas.

Nas disputas entre as correntes teóricas sobre o projeto republicano a ser implantado, a vencedora foi à perspectiva liberal contratualista. As estruturas que intencionavam manter, com base no liberalismo europeu, acarretavam para o país um sistema de clientela e patronagem, justamente o que o liberalismo europeu buscou aniquilar. Nessas condições, é possível inferir que o discurso liberal brasileiro esteve sempre em colisão com a prática, essa, pode ser caracterizada como a maior batalha que os liberais tiveram que enfrentar.

De acordo com Costa (2010) O liberalismo, europeu foi originalmente uma ideologia burguesa, vinculada ao desenvolvimento do capitalismo e a crítica do mundo senhorial. Os liberais brasileiros introduziram os princípios e as fórmulas políticas, convencionaram de forma a anteceder os seus interesses como classe dominante.

Não foi de forma aleatória que a proposta liberal contratualista saiu triunfante na Constituição de 1891, a mesma é a que estava mais próxima de atender os interesses da elite no que concerne escamotear as contradições do sistema. Outro ponto que Chaul (2010) intervém é que essa proposta viabilizaria a manutenção do progresso dentro da ordem.

Desta forma é possível perceber que o projeto republicano vencedor foi articulado por uma pequena parcela da população, que usou da ideologia para metamorfosear as contradições, o projeto de nação continuou sendo orquestrado por grupos restritos da classe dominante que articulou a configuração do país sem que fosse possível a participação das camadas populares, tudo isso na concepção

de nação moderna tendo o progresso dentro da ordem como proeminência Chaul (2010).

No fim da década de 1880, a Proclamação da República extinguiu o regime que o precedia há quase um século no país. Os vários grupos que estavam presentes na gênese da República tinham suas próprias concepções de como organizar a mesma. No entanto, esse novo regime germinou de um golpe militar, instituição extremamente conservadora e reacionária. Portanto, mesmo após a Proclamação da República os conflitos e divergências não foram de todo resolvidos.

Eles demonstram a quem de fato o ideário republicano atenderia. Os protagonistas interessados na república iam gradativamente se consolidando, tanto na esfera política quanto na econômica. As ponderações de Chaul (2010) são bastante sugestivas a esse respeito. Para o autor,

[...], até que a hegemonia paulista se efetivasse de fato no governo, solidificando seus interesses econômicos, passamos por governos militares, no ápice da transição política, e por um governo civil que enfrentou as mais variadas dificuldades sociais, políticas e econômicas para assegurar a consolidação do novo grupo dominante ligado ao café, no governo Campos Sales (CHAUL, 2010, p.130).

Postas as questões supracitadas é possível compreender as ideologias que permeavam na gênese da República, e que a mudança de regime vinha para atender os interesses de uma elite que contou com o auxílio do Exército para consolidar seus interesses políticos, econômicos e ideológicos. Nesses termos é preciso ter em mente que no campo da história as coisas não ocorrem no vazio e que um movimento de grande monta somente é possível com a conjugação de forças entre “Exército, fazendeiros do Oeste Paulista e representantes das classes médias urbanas” (COSTA, 1999, p. 489).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O processo que culminou no advento da República se deu como se fizera a independência – sem a participação das massas. O novo regime resultante de um golpe civil militar, desta maneira a estratégia conspiratória conseguiu sobrepor a com participação das massas. O Exército apareceu aos olhos das elites que estavam se constituindo como melhor mecanismo para sua acessão ao poder sem

precisar da participação das massas (COSTA, 2010). A República não trouxe nenhuma classe nova ao poder, não modificou o sistema de propriedade.

Deste modo podemos olhar pelo prisma que Le Goff (2015) considera fundamental que é perceber nos processos históricos, as continuidades nas rupturas e as rupturas nas continuidades (LE GOFF, 2015). Houve ruptura com o sistema monárquico, no entanto ideologicamente construiu-se um discurso legitimador que manteve as várias práticas de antes, as contradições não foram expressas e, portanto, as condições socioculturais mantidas. Como na República ainda havia pouca participação popular, as estruturas socioeconômicas continuaram basicamente as mesmas. Porém, com o passar do tempo eles foram sofisticadamente melhoradas. Deste modo, o advento da República atendeu apenas os interesses da classe dominante.

O percurso delineado pela República liberal contratualista que sob o velo de democracia, os indícios históricos levam a consumação de um golpe na sociedade e até os dias atuais parece ainda carregar resquícios deste período, pois as relações entre sociedade e Estado são permeadas de contradições. Infelizmente nem sempre os direcionamentos ideológicos da classe dominante nos acontecimentos do Brasil são perceptíveis para a grande maioria da população e os desdobramentos da história dão mostras disso a cada novo fato histórico.

ABSTRACT: This article aims to reflect on the events of the late 19th century, more specifically the ideological aspects of the historical process related to the transitional period of the monarchical system for the proclamation of the Republic. The methodology used in the development of this text anchors itself in the research of theoretical-descriptive-bibliographical nature. The central objective is to understand which ideologies in dispute and their influences in the process of transition from monarchy to the Republic.

KEYWORDS: Genesis. Republic. Ideology.

REFERÊNCIAS

BASILE, Marcello Otávio N. de C. **O Império brasileiro: panorama político.** In: LINHARES, Maria Yedda (org.). História geral do Brasil. 9ª ed. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

COSTA, Emília Viotti. **Da Monarquia à República: momentos decisivos**. 9. Ed. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 2010.

FAUSTO, Boris. **História Concisa do Brasil**. Colaboração de Sérgio Fausto – 3. Ed.atual e ampl. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2015.

CHAUÍ, Marilena. **O que é Ideologia**/Marilena Chauí. 2ª ed. São Paulo: Ed. Brasiliense, 2008, (Coleção primeiros passos; 13).

CHAUL, Nasr Nagib Fayad, **Caminhos de Goiás: da Construção da decadência aos limites da modernidade**. 3. Ed. Goiânia: Editora UFG, 2010.

LE GOFF. **A história deve ser dividida em pedaços?** Tradução de Nícia Adan Bonatti. 1. ed. São Paulo: Editora Unesp, 2015.